

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.375 - BA (2019/0218595-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO FIBRA SA
ADVOGADO : VERBENA MOTA CARNEIRO SNOECK - BA014357
RECORRIDO : STRACCI PARTICIPACOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRIDO : AMAURI STRACCI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRIDO : NEUZA APARECIDA BOLOGNINI STRACCI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRIDO : LUIZA ZUCON STRACCI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : THAIS VILELA OLIVEIRA SANTOS - SP313818

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO FIBRA S.A. com fundamento nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado (e-STJ, fl. 2319):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO DIANTE DA PERDA DO SEU OBJETO. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO NO JUÍZO DE PISO. DECISÃO RECORRIDA QUE NÃO MAIS PRODUZ EFEITOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.

O instituto do interesse de agir, diz respeito à necessidade do demandante de se valer da via processual para alcançar o bem da vida pretendido, interesse que deve estar sendo resistido pela parte ex adversa, devendo a via processual lhe trazer utilidade real, ou seja, é imperioso que exista a possibilidade de que a obtenção da tutela pretendida melhore a sua condição jurídica.

In casu, a decisão combatida no presente recurso de agravo de instrumento não mais produz qualquer efeito, encontrando-se completamente superada diante da superveniência de nova decisão nos autos de origem, de forma que diante do esgotamento do objeto, mostra-se esvaziado o interesse de agir recursal, restando prejudicado o agravo de instrumento.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 2333-2344).

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 2347-2367), sustenta a parte recorrente a existência de violação aos seguintes dispositivos:

a) art. 1.022 e 1.025 do Código de Processo Civil de 2015, defendendo que a Corte de origem não sanou omissões supostamente perpetradas pelo acórdão embargado, mesmo diante da oposição dos embargos declaratórios, o que teria configurado negativa de

prestação jurisdicional.

b) art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, sob o argumento de que os embargos declaratórios opostos com fins de prequestionamento não poderiam ser rejeitados com imposição de multa.

Aponta, ainda, divergência jurisprudencial sobre o tema.

Contrarrazões apresentadas às fls. 2382-2396 (e-STJ).

Admitido o processamento do recurso na origem, consoante decisão de fls. 2398-2399 (e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Inicialmente, a apontada violação aos arts. 1.022 e 1.025 do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia, asseverando expressamente a perda do objeto do agravo de instrumento.

Assim constou do acórdão (fl. 2322, e-STJ):

Entretanto, compulsando detidamente os autos, vê-se que a autora/agravada já demonstrou a perda da utilidade da decisão impugnada, haja vista que a empresa Cargill demonstrou desinteresse na continuidade do fomento, caindo assim por terra o decisum que o presente agravo de instrumento visa combater.

(...)

Após a desistência da empresa Cargill, a recuperanda buscou nova empresa com o objetivo de entabular novo contrato para a obtenção de crédito rotativo, desta vez com a empresa ADM do Brasil Ltda, e com novo aporte de crédito, agora no montante de US\$4.000.000,00 (quatro milhões de dólares).

Tal fato ensejou novo decisum, às fls. 2.187/2.190, agora deferindo oneração dos imóveis de matrícula no 8367, 8397 e 8360, constituindo- se hipoteca em favor da ADM do Brasil Ltda, bem como autorizando a renovação dos penhores agrícolas da safra 2016/2017 para as safras futuras não contempladas, de forma a prorrogar as garantias da safra atual para a safra 2017/2018.

Verifica-se, pois, que a decisão combatida neste recurso encontra-se completamente superada, não mais subsistindo a oneração dos imóveis nos termos em que deferida às fls. 1.940/1.944 dos autos de origem, de forma que é patente a perda superveniente do interesse recursal, na hipótese.

A perda superveniente do objeto recursal é corroborada até mesmo pelas afirmações do agravante, ao denotar que a empresa Cargill S.A desistiu da operação, admitindo nova negociação face a empresa ADM do Brasil Ltda, conforme se verifica às fls. 2284 e seguintes, que ora se transcreve:

Ademais, a jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão – situação facilmente constatável no presente caso –, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos suscitados pela parte em embargos declaratórios, cuja rejeição, nesse contexto,

não implica contrariedade ao art. 1.022 do CPC/15.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE QUESTÃO RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N.

282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido apresenta fundamentos suficientes para embasar a decisão, enfrentando todas as questões pertinentes para a solução da lide e manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

(PET no AREsp 489.892/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

2. Com relação à multa aplicada com base no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, o Tribunal de origem entendeu, com base nas provas e nos fatos dos autos, que ficou evidenciado o caráter protelatório dos embargos, tendo em vista que a decisão agrava de instrumento já se encontrava superada, consoante se observa nos seguintes trechos extraídos do acórdão hostilizado (e-STJ, fls. 2238-2341):

Após o referido decisum, o agravante/embargante interpôs agravo interno, sustentando que o agravo de instrumento objetivava não apenas impedir a oneração de bens pela empresa Cargill S.A, mas também visava obstar qualquer tipo de alienação no âmbito do processo de recuperação judicial que violasse os ditames da Lei no 11.101/2005.

Tal desiderato foi explicitamente tratado quando do julgamento do agravo interno, tendo o julgado inclusive destacado que o agravante objetivava compelir as agravadas a desistirem de realizar futuras alienações no curso da Recuperação, entretanto, tal pretensão não constitui objeto do agravo de instrumento, extrapolando os seus limites.

(...)

Destarte, verifica-se que os pontos suscitados nos presentes embargos foram plenamente abordados no julgado. **Ademais, sequer há de se discutir o mérito da demanda, haja vista que é inquestionável a existência de decisão superveniente nos autos de origem que substituiu a decisão recorrida, tendo sido tal desiderato amplamente fundamentado tanto no julgamento monocrático do recurso de agravo de instrumento, quanto no julgamento do agravo interno**, de forma que o manejo dos presentes embargos para rediscutir a matéria mostra-se de caráter eminentemente protelatório, justificando assim a imposição de multa nos termos do §20, do art. 1.026, do Código de Processo Civil. In verbis: (...)

Nesse contexto, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado acerca do caráter manifestamente procrastinatório do recurso interposto, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. DESAPROPRIAÇÃO. IMPUGNAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO PERITO. ALEGAÇÃO NO PRIMEIRO MOMENTO PROCESSUAL OPORTUNO. PRECLUSÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. COBERTURA FLORÍSTICA. CÁLCULO EM SEPARADO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. REEXAME DOS FATOS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO.

(...)

9. É pacífico o entendimento no STJ de que a análise do artigo 1.026, § 2º, do CPC, que trata da multa por interposição de Embargos de Declaração protetatórios, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

(...)

(REsp 1698577/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 19/11/2018)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASTREINTES. INTIMAÇÃO PESSOAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DETERMINADA EM DECISÃO LIMINAR NA FASE DE CONHECIMENTO. ART. 815 DO NCPC. DISPOSITIVO DITO VIOLADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TÍTULO QUE CONSOLIDOU A MULTA PROCESSUAL. TRÂNSITO EM JULGADO. CITAÇÃO PARA PAGAR. COMANDO NORMATIVO INEFICAZ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. MULTA EM VIRTUDE DA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONSIDERADOS PROTETATÓRIOS. REFORMA DO JULGADO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Para adotar conclusão diversa acerca da caráter protetatório dos embargos de declaração seria inevitável o revolvimento do

arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 desta Corte, a qual não pode ser considerada terceira instância recursal.

(...)

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AgInt no AREsp 1200751/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA .ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. LUCROS CESSANTES.PRESUNÇÃO DO PREJUÍZO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 83/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONSIDERADOS PROTELATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO CPC DE 2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O Tribunal estadual, soberano no exame do acervo fático-probatório dos autos, entendeu pelo evidente intuito protelatório dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de afastamento da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC de 2015 encontra óbice na Súmula 7 desta Corte.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1821349/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 23/10/2019)

3. Registre-se, por fim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE LOCAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 834.644/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 12/04/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA

7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.
2. O reexame de fatos e provas não é possível na via especial, devido ao óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido.

4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.
(AgInt no AREsp 1423333/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator